

## IDEOLOGIA E TERROR NOS MOVIMENTOS TOTALITÁRIOS

### IDEOLOGY AND TERROR IN TOTALITARIAN MOVEMENTS

Ana Carolina Turquino Turatto<sup>1</sup>

<https://orcid.org/0000-0003-0031-8433>

Maria Cristina Müller<sup>2</sup>

<https://orcid.org/0000-0001-5467-851X>

**Resumo:** O artigo discorre sobre ideologia e terror nos movimentos totalitários. Pergunta-se como a ideologia e o terror são utilizados pelos movimentos totalitários como instrumentos para alcançar a dominação total. Objetiva-se compreender o movimento totalitário principalmente no que se refere ao uso da ideologia e do terror como potentes instrumentos para a dominação e como armas políticas em um mundo a-político. Resulta, da análise bibliográfica das obras de Hannah Arendt, que a ideologia organiza os “fatos” de modo lógico e coerente, impondo uma ficção que é tida como verdade; o terror obstaculiza o mundo comum em que poderia haver o compartilhamento das opiniões, eliminando, assim, a possibilidade de ação. Ambos, ideologia e terror, aludem para a engenhosa perda do senso comum, do bom senso. Substitui-se a liberdade inerente do pensar pela camisa de força da lógica que subjuga a capacidade humana de pensar por si mesmo com uma força tal qual a violência externa. Concluiu-se que as sociedades de massa, em que os seres humanos, isolados e em solidão, não estabelecem os vínculos que dizem respeito ao comum, abre-se o caminho para a dominação total e para a eliminação da existência autônoma, extirpando pensamento, juízo e ação.

**Palavras-chave:** Ideologia; Terror; Homem-de-massa; Movimento Totalitário; Hannah Arendt.

**Abstract:** The article discusses ideology and terror in totalitarian movements. It inquires how ideology and terror are used by totalitarian movements as instruments to achieve total domination. It aims to understand the totalitarian movement mainly with regard to the use of ideology and terror as potent instruments for domination and as political weapons in an a-political world. A bibliographic analysis of Hannah Arendt's works shows that ideology organizes the “facts” in a logical and coherent way, imposing a fiction that is taken as truth; terror obstructs the common world in which opinions could be shared, thus eliminating the possibility of action. Both ideology and terror allude to the ingenious loss of common sense. The inherent freedom of thinking is replaced by the straitjacket of logic that undermines the

---

<sup>1</sup> Mestra em Filosofia pela UEL/PR. Professora do curso de Direito da UNIVALE/PR. E-mail: [anacarina.turatto@uel.br](mailto:anacarina.turatto@uel.br). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5690765953114045>.

<sup>2</sup> Doutora em Filosofia pela UFSCar/SP, com pós-doutorado em Filosofia pela UFG/GO. Professora Associada da UEL/PR, vinculada ao Departamento de Filosofia. E-mail: [cristinamuller@uel.br](mailto:cristinamuller@uel.br). Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/3498579574389108>.

human capacity to think for itself with such a force as external violence. It concludes that mass societies, in which human beings, isolated and in solitude, do not establish the bonds that concern the common, opens the way for total domination and the elimination of autonomous existence, extirpating thought, judgment and action.

**Keywords:** Ideology; Horror; Mass man; Totalitarian Movement; Hannah Arendt

Para Hannah Arendt, os elementos distintivos do totalitarismo, como uma nova forma de governo, são a ideologia e o terror; são usados para adequar os seres humanos ao “novo mundo”, que os governantes totalitários dizem corresponder ao lógico e inevitável processo de desenvolvimento natural ou histórico da humanidade. Para Arendt, o uso desses dois instrumentos — ideologia e terror — é imbricado:

O estabelecimento de um regime totalitário requer a apresentação do terror como instrumento necessário para a realização de uma ideologia específica, e essa ideologia deve obter adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido (ARENDR, 1989, p. 26).

Enquanto a ideologia dispõe os “fatos” de modo lógico e coerente, o terror, valendo-se do medo, impossibilita o estabelecimento de qualquer tipo de relação entre os homens e elimina a possibilidade de ação, pois não há um mundo comum em que as pessoas possam compartilhar as suas opiniões. Talvez por isso a ideologia tome grandes dimensões — a adesão da maioria —, pois oferece respostas prontas, dispensando as pessoas do pensar, isentando-as de qualquer tipo de “crise” de consciência<sup>3</sup> que proponha algum tipo de reflexão.

Para Arendt, o terror no governo totalitário é usado para governar as massas obedientes, disseminando o medo não apenas aos que são subjugados pelos executores, mas também aos executores (ARENDR, 1989, p. 26). Essa é uma das diferenças que Arendt aponta entre tiranias e ditaduras e a dominação totalitária. Esta dissemina o terror inclusive contra amigos e apoiadores, cujo objetivo é minar qualquer forma de poder; já aquelas utilizam a violência apenas contra os inimigos (ARENDR, 2014b, p. 73). Mas isto não significa dizer que violência e terror são o mesmo. Para Arendt (2014b, p. 72), o terror advém da violência que destrói completamente o poder; poder que advém da ação conjunta das

---

<sup>3</sup> Consciência significa, nos trabalhos arendtianos, “saber comigo e por mim mesmo” (ARENDR, 2014a, p. 20), “faculdade pela qual conhecemos a nós mesmos, nos tornamos cientes de nós mesmos” (ARENDR, 2004, p. 140); seria um tipo de conhecimento que é atualizado no processo do pensamento, sendo este a atividade de falar consigo mesmo sobre o que lhe diz respeito (ARENDR, 2004, p. 163).

pessoas no mundo público. Nada é colocado no lugar do vazio gerado pela inexistência de relações sociais habituais e pela não ocupação do espaço público-político; é o próprio terror que permanece no controle total. Desse modo, a eficiência do terror será diretamente proporcional ao grau de atomização da sociedade, porque diante da atomização não há como se estabelecer qualquer tipo de oposição, uma vez que os homens não possuem meios de se relacionarem (ARENDDT, 2014b, p. 72) e, por meio das relações, construir o poder.

A função da ideologia, não obstante se tratar de “[...] opiniões inócuas, arbitrárias e destituídas de crítica [...]” (ARENDDT, 1989, p. 509), é aceitar a primeira premissa como verdadeira, manter tudo na mais perfeita ordem lógica, em patente “[...] desprezo à realidade e aos fatos próprios do totalitarismo [...]” (ARENDDT, 1989, p. 509), criando um mundo demente que funciona.

A respeito da ideologia como arma política, Arendt dirá que é um:

[...] sistema baseado numa única opinião [única premissa] suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna. [...] se pretende detentora da chave da história, em que julga poder apresentar a solução dos ‘enigmas do universo’ e dominar o conhecimento íntimo das leis universais ‘ocultas’, que supostamente regem a natureza e o homem (ARENDDT, 1989, p. 189).

Arendt deixa claro que a persuasão só é possível se a ideologia corresponder às expectativas ou desejos — necessidades imediatas — daqueles aos quais se destina. É como se se encontrasse na persuasão informações que confirmem as crenças daqueles para as quais as ideologias são dirigidas; as ideologias fogem de evidências e opiniões discordantes. A título de reforço dessa persuasão, as ideologias possuem uma pseudocientificidade, elevando seus “resultados de pesquisa” à importância filosófica — a ideia possuirá um estatuto científico — apesar de que toda a ideologia despreze a doutrina teórica. A utilização da pseudocientificidade é apenas para fomentar a concatenação coesa dos argumentos que serão apresentados à multidão com “novas interpretações da vida e do mundo” (ARENDDT, 1989, p. 189). Por isso, então, que Arendt (1989, p. 521, grifos nossos) dirá que:

Uma ideologia é bem literalmente o que seu nome indica: **é a lógica de um idéia**. O seu objeto de estudo é a história, à qual a “idéia” é aplicada; o resultado dessa aplicação não é um conjunto de postulados acerca de algo que *é*, mas a revelação de um processo que está em constante mudança. A ideologia trata o curso dos acontecimentos como se seguisse a mesma “lei” adotada na exposição lógica da sua “idéia”. As ideologias pretendem

conhecer os mistérios de todo o processo histórico — os segredos do passado, as complexidades do presente, as incertezas do futuro — em virtude da lógica inerente de suas respectivas idéias.

Entre as ideologias, as que se destacaram desde o imperialismo e arrebataram as massas foram as que interpretavam a história como uma luta econômica de classes e a história como uma luta natural entre raças (ARENDRT, 1989, p. 189), de forma que puderam se tornar ideologias nacionais oficiais. Arendt, então, explica como a ideologia pode se construir de modo a ser mais um elemento do domínio total.

Para a autora, o que torna uma ideia capaz de ser o próprio movimento histórico é o seu aspecto lógico. O movimento decorre da própria ideia e é inerente a ela e essa ideia única será a premissa para todo o processo de dedução do expediente dialético, de modo a fazer desaparecer as contradições factuais, explicando-as como estágios de um movimento coerente e idêntico. A ausência de contradições cria toda uma linha de pensamento e força a ideia sobre a mente, para que as conclusões sejam tiradas pela mera argumentação desvinculada da experiência. Segundo Arendt (1989, p. 522), “As ideologias pressupõem sempre que uma idéia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica”.

Para Arendt, o grande risco de se admitir as explicações totais ideológicas em detrimento do pensamento filosófico, muito mais do que o risco de ser iludido por uma suposição vulgar e destituída de crítica, está em se trocar a liberdade inerente do pensar — atividade humana possível a todos — pela camisa de força da lógica que pode subjugar os seres humanos com uma força tal qual a violência externa.

Essa estrita logicidade do pensamento totalitário é uma engenhosidade criada para substituir o senso comum. O senso comum é o sentido comum objetivo compartilhado em um mundo comum, que também pode ser entendido como bom senso; não se trata de um senso vulgar, mas um sentido que institui comunidade. Segundo Arendt (2008, p. 339), o senso comum “[...] é apenas aquela parcela de nosso espírito e aquela porção de saber herdado que todos os homens compartilham em qualquer dada civilização [...]” e “[...] pressupõe um mundo comum em que todos nós cabemos, onde vivemos juntos porque possuímos um senso que controla e ajusta todos os dados sensoriais estritamente particulares aos de todos os outros [...]” (2008, p. 340), que auxilia os homens na busca de significados para as coisas. A filósofa, no ensaio *Compreensão e Política*, demonstra como a ideia lógica “age”:

A logicidade não equivale ao raciocínio ideológico, mas indica uma mudança totalitária das respectivas ideologias. Se a peculiaridade das ideologias consiste em tratar uma hipótese científica, por exemplo “a sobrevivência dos mais aptos” na biologia ou “a sobrevivência da classe mais progressista” na história, como uma “idéia” passível de ser aplicada a todo o curso dos acontecimentos, a peculiaridade dessa sua mudança totalitária consiste em deturpar e converter a “idéia” numa premissa no sentido lógico, isto é, em algum postulado evidente do qual seria possível deduzir todo o resto seguindo uma rigorosa coerência lógica. (Aqui a verdade se torna aquilo que alguns filósofos dizem ser, ou seja, simples coerência, com a ressalva de que essa identificação implica, na realidade, a negação da existência da verdade, na medida em que sempre se supõe que a verdade revela alguma coisa, ao passo que a coerência é apenas um modo de encadear as asserções e, como tal, não tem força de revelação. O novo movimento lógico na filosofia, que surgiu do pragmatismo, guarda uma afinidade assustadora com a transformação totalitária dos elementos pragmáticos intrínsecos a todas as ideologias em logicidade, que corta totalmente seus laços com a realidade e a experiência. O totalitarismo procede, claro, de maneira mais tosca, a qual, infelizmente, e por isso mesmo, também tem maior eficiência) (ARENDDT, 2008, p. 340).

Essa substituição do senso comum pela lógica só é possível porque os seres humanos também possuem o raciocínio lógico<sup>4</sup> como uma faculdade humana comum. Todavia, essa capacidade, que pode atuar completamente separada do mundo e da experiência, sem vínculos com algo “dado”, não é de grande valia para a compreensão das coisas; em si é um raciocínio absolutamente estéril (ARENDDT, 2008, p. 341). O totalitarismo, que usa da ideologia como a lógica de uma ideia, não compreende que a realidade e a experiência podem ensinar alguma coisa ou podem revelar a verdade. O totalitarismo acredita apenas na validade das leis da história ou da natureza em movimento.

O único vínculo desses seres humanos da massa passou a ser o seu *status* como membro do movimento totalitário. Quando todos os demais elementos de união entre as pessoas são minados, pois a lógica e a evidência com que procede o raciocínio lógico prescindem do mundo e da existência de outras pessoas<sup>5</sup>, o ser humano sucumbe. Ou ele se adapta às novas exigências do movimento ou ele não mais terá qualquer contato com o mundo, mesmo que seja um mundo fictício. Nos dizeres de Arendt (1989, p. 357):

---

<sup>4</sup> A um ser humano que se encontra não apenas isolado — *isolation* —, mas em solidão — *loneliness* —, sem que lhe seja possível partilhar as suas opiniões e, via testemunho dos demais, aferir o mundo fático, bastará que as coisas sejam evidentes por si mesmas, tomando a lógica proporções imensuráveis para esse mundo que não existe fora dessa realidade nebulosa. Segundo Arendt (1989, p. 529): “A única capacidade do espírito humano que não precisa do eu nem dos outros nem do mundo para funcionar sem medo de errar, e que independe tanto da experiência como do pensamento, é a capacidade do raciocínio lógico”.

<sup>5</sup> “Muitas vezes dizem que a validade da asserção  $2 + 2 = 4$  é independente da condição humana, e é igualmente válida para Deus e para os homens” (ARENDDT, 2008b, p. 341).

É compreensível que as convicções de uma nazista ou bolchevista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento; mas o fato espantoso é que ele não vacila quando o monstro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima da opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para um campo de concentração ou de trabalhos forçados.

Arendt denominou de massa a sociedade em que os seres humanos não estabelecem qualquer espécie de vínculos, muito menos vínculos que dizem respeito ao comum; é uma sociedade sem classes; há apenas o eu, o eu egoísta dissociado da perspectiva do outro, como uma espécie de deturpação moral. A sociedade de massa corresponde à degradação máxima que leva o ser humano ao isolamento — *isolation* — na esfera política e à solidão — *loneliness* — na esfera das relações sociais. A finalidade do isolamento é a impotência. Isolamento, para Arendt (1989, p. 527), “[...] é aquele impasse no qual os homens se vêem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída.” A finalidade da solidão é o desarraigamento — o não pertencimento ao mundo que culmina no tornar-se ninguém, pois perde-se o próprio eu (ARENDR, 1989, p. 528 e 529). Nas palavras de Arendt (2008, p. 422) sobre as massas:

Para mim, as massas modernas se distinguem pelo fato de serem “massas” propriamente ditas. Distinguem-se das multidões dos séculos anteriores por não existir nenhum interesse comum a uni-las ou nenhum tipo de “consentimento” comum que, segundo Cícero, constitui o *inter-esse* que existe entre os homens, abrangendo desde as questões materiais às espirituais e todas as outras. Esse “entre” pode ser um terreno comum e pode ser uma finalidade comum; ele sempre desempenha a dupla função de unir e separar os homens de maneira clara. Assim, a ausência de um interesse comum, tão característica das massas modernas, é apenas mais um sinal de seu desenraizamento e estranhamento no mundo. Mas é ela, e somente ela, que explica o curioso fato de que essas massas modernas são formadas pela atomização da sociedade, que os homens-massa, privados de qualquer relação comunal, fornecem a melhor “matéria-prima” para movimentos que aglutinam e comprimem tanto as pessoas que parecem transformar-se numa pessoa só.

Diante do colapso da sociedade de classes<sup>6</sup> (estratificação social) e o surgimento da sociedade de massa como apoiadora dos governos totalitários, Arendt discorrerá sobre uma

---

<sup>6</sup> O colapso da sociedade de massa pode ser entendido como uma ausência de tessitura que ligasse o povo à estrutura política; uma ausência de organização política dos cidadãos para agirem em conjunto e agirem com eficácia. Os seres humanos passam a ser apenas indivíduos privados e voltados a interesses privados. O resultado disso foi uma massa desorganizada e desestruturada de indivíduos furiosos que apenas tinham em

certa psicologia do ser humano de massa que permite compreender de que modo a consciência do ser humano de massa foi suplantada definitivamente. O ex-oficial nazista Adolf Eichmann figurará como um exemplar do ser humano da massa; além disso é um membro militante — associado ao partido —, que se identifica completamente com o movimento; não tem profissão nem vida pessoal independentes do movimento (ARENDR, 1989, p. 417). A psicologia do ser humano de massa se mostra relevante na compreensão de Arendt quando ela diz que:

É muito perturbador o fato de o regime totalitário, malgrado o seu caráter evidentemente criminoso, contar com o apoio das massas. Embora muitos especialistas neguem-se a aceitar essa situação, preferindo ver nela o resultado da força da máquina de propaganda e de lavagem cerebral, a publicação [...] das pesquisas de opinião pública alemã de 1939-44 [...], demonstra que a população alemã estava notavelmente bem informada sobre o que acontecia com os judeus ou sobre a preparação do ataque a Rússia, sem que com isso se reduzisse o apoio dado ao regime (ARENDR, 1989, p. 339).

Arendt (1989, p. 129) ainda dirá que, na atualidade, se tem o erro comum de imaginar que apenas a propaganda, desde que a sua persuasão seja forte e atraente, possa conseguir tudo e que um ser humano possa ser persuadido a fazer qualquer coisa. Em *Sobre a violência*, Arendt assevera que:

Os homens podem ser “manipulados” por meio de coerção física, da tortura ou da fome, e suas opiniões podem formar-se arbitrariamente em função da informação deliberada e organizadamente falsa, mas não por meio de “persuasores ocultos”, tais como a televisão, a propaganda ou quaisquer outros meios psicológicos em uma sociedade livre (ARENDR, 2014b, p. 45).

Essas afirmações aguçam as interrogações sobre o funcionamento da consciência dos atos de um ser humano de massa, pois, apesar de todo um aparato propício ao apoio da massa, ainda, sim, pelo entendimento da autora, essas circunstâncias não seriam suficientes para que as massas apoiassem deliberadamente os regimes totalitários, pois, apesar de todo domínio articulado nos regimes nazista e bolchevista, o domínio não era total. Isso somente foi alcançado em sua plenitude nos campos de concentração.

---

comum o fato de terem sido convencidos de que a minoria parlamentar não correspondia à realidade do país e que os representantes partidários eram uns néscios e as autoridades constituídas eram perniciosas, obtusas e desonestas (ARENDR, 1989, p. 365).

Arendt, assim, apresenta esse ser humano que compõe a massa como aquele que possui um autojulgamento em termos de fracasso individual (falta de sucesso na vida profissional e social, um desastre na vida privada) e uma crítica ao mundo em termos de injustiça específica. Esse perfil pode ser notado em Eichmann, quando ele relata a causa de sua existência:

Eles [os pais] não teriam se enchido de alegria com a chegada de seu primogênito se fossem capazes de ver que, na hora do meu nascimento, para provocar o gênio da felicidade, o gênio da infelicidade já estava tecendo os fios de dor e tristeza em minha vida. Porém um véu suave e impermeável impedia meus pais de enxergar o futuro (ARENDDT, 1999, p. 39).

Esse ser humano assolado pela amargura egocêntrica não possui um individualismo que prime pela autoconservação. O comportamento desse ser humano de massa é pautado por uma “[...] indiferença cínica ou enfasiada diante da morte, a inclinação apaixonada por noções abstratas guindadas ao nível de normas de vida, e o desprezo geral pelas óbvias regras do bom senso” (ARENDDT, 1989, p. 366).

O ser humano de massa será o ser humano isolado e em completa solidão — *loneliness* — no sentido de incapaz de dialogar consigo mesmo; um ser humano que não possui outros para agir em concerto, portanto, não possui um lugar no mundo reconhecido e garantido pelos outros, o que o torna supérfluo — há a despersonificação aos que compõem a massa, será apenas “mais um” que facilmente pode ser substituído diante da sua desimportância e dispensabilidade. Em suma, será o ser humano atomizado que não possui relações sociais normais de qualquer espécie, seja no âmbito privado, seja no âmbito público (ARENDDT, 1989, p. 367, 527 e 528).

A sociedade será atomizada, será a reunião de muitos nivelados igualmente — homens que não podem e não devem ser peculiares, ter características próprias e opiniões — que formam uma massa amorfa. Guardadas as devidas proporções e distanciamentos de que é a massa totalitária do corpo político proposto por Hobbes, pode-se vislumbrar a sociedade de massa pela imagem que está no frontispício da obra *Leviatã* — um soberano despótico cujo corpo é a reunião de diversos indivíduos que possuem como intuito a segurança, “[...] como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo” (ARENDDT, 1989, p. 488), e essa massa será mantida pelo terror, cujo objetivo é a conformação dos seres humanos apáticos: “Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, [o terror] constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a pluralidade se

dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas” (ARENDT, 1989, 518). Não por outro motivo que a política será transformada em uma força policial ou militaresca bem organizada.

Segundo Arendt, o intuito do totalitarismo é acabar com a existência autônoma de todas as pessoas, minando, também, os laços não políticos — relações familiares e interesses culturais comuns —, assim como com a existência autônoma de qualquer atividade; uma tarefa nunca pode ser dedicada a si mesma, portanto, é inconcebível nesse regime que existam pessoas que amem o “xadrez por amor ao xadrez” ou amem a arte “por amor à arte” (ARENDT, 1989, p. 372). O que se tem no totalitarismo não é uma pseudo-igualdade, mas sim uma homogeneidade daqueles que fazem parte do movimento ante a “[...] exigência total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individualmente” de lealdade ao movimento (ARENDT, 1989, p. 373). O que importa é a lealdade ao movimento.

Nesse contexto em que o ser humano está isolado e solitário, não nutre vínculos sociais, resta apenas a lealdade ao movimento e ao partido (para os que são filiados) para que se faça presente em algum mundo; nos dizeres de Arendt (1989, p. 373): “Não se pode esperar lealdade a não ser de seres humanos completamente isolados que, desprovidos de outros laços sociais [...] só adquirem o sentido de terem lugar neste mundo quando participam de um movimento [...]”. Não era à toa que o lema da SS era de que a honra era a lealdade.

O fato de o ser humano ser da massa, diante de todo o desamparo, fazia com que ele se sentisse integrado a algo, que a sua vida significava algo, e que a sua participação e a disposição de tudo fazer pelo movimento significava que ele havia feito algo de sua vida, independentemente da teoria, conteúdo ou objeto proposto. A organização da sociedade de massa era pautada pelo aspecto de que a maioria dos seres humanos da massa não eram “[...] boêmios, fanáticos, aventureiros, maníacos sexuais, loucos nem fracassados, mas, acima e antes de tudo, empregados eficazes e bons chefes de família” (ARENDT, 1989, p. 388).

Assim, pode-se depreender que os seres humanos da massa não possuem um querer exatamente próprio, mas são ideologicamente doutrinados, suas reflexões condicionadas como o cão de Pavlov, para que tenham as mesmas reações, para que sejam marionetes sem o mais leve traço de espontaneidade e imprevisibilidade, dispostos a sacrificar tudo a qualquer momento, e assim o poder seja conseguido e conservado (ARENDT, 1989, p. 508).

Entretanto, para que se tenha um ser humano doutrinado, há um processo anterior. O ser humano da massa não surge entre o hoje e o amanhã, e, por incrível que pareça, o ser humano da massa consente em ser transformado em ser humano da massa, há uma anuência à

lei do sistema, ao desejo do líder e, por conseguinte, são pessoas que exercem deliberadamente a sua vontade, nas palavras de Arendt (2004, p. 106):

Era como se a moralidade, no exato momento de seu total colapso dentro de uma nação antiga e civilizada, se revelasse no significado original da palavra, como um conjunto de costumes, de uso e maneiras, que poderia ser trocado por outro conjunto sem dificuldade maior do que a enfrentada para mudar as maneiras à mesa de todo um povo.

Para Arendt, é neste contexto que a propaganda<sup>7</sup> mostra sua relevância ao movimento totalitário. Utilizando-se de insinuações indiretas, a propaganda é o meio para a conquista da massa que ainda não está completamente isolada de todas as outras fontes de informações. A propaganda era a ameaça constante às pessoas de uma “[...] existência contrária às eternas leis da natureza e da vida com uma irreparável e misteriosa degeneração do sangue” (ARENDR, 1989, p. 394), ante um falso cientificismo das afirmações proféticas, independentemente de conteúdo disseminado. Esse meio de disseminação de mentiras, mentiras em que a liderança nazista, segundo Arendt (1989, p. 395), realmente acreditava, destinava-se à efetivação do domínio com segurança de todos os que poderiam ainda ter algum contato com o mundo real.

A importância da propaganda também pode ser observada em razão da organização totalitária feita entre simpatizantes e membros do partido. O partido tinha os simpatizantes como zona de amortecimento entre o mundo ficto e real e, internamente, a hierarquia visava à criação de barreiras que separassem cada grau cada vez mais do mundo exterior, desde que houvesse uma permeabilidade entre a hierarquia imediatamente inferior, para que, assim, não houvesse uma ruptura repentina entre os mundos (ARENDR, 1989, p. 416). Aliás, Arendt dirá que a grande capacidade competitiva do mundo fictício, criado pela propaganda, com o mundo real é que aquele será lógico, coerente e organizado (ARENDR, 1989, p. 411), tudo aquilo que uma multidão que se sente desamparada busca para acalantar o seu desespero.

---

<sup>7</sup> Podem ser citados como exemplos de propaganda da massa do regime nazista os seguintes *slogans*: “Quanto mais fielmente reconhecemos e seguimos as leis da natureza e da vida, [...] tanto mais nos conformamos ao desejo do Todo-Poderoso. Quanto melhor conhecermos o desejo do Todo-Poderoso, maior será o nosso sucesso” ou “Quando o homem tenta lutar contra a lógica de ferro da natureza, entra em conflito com os princípios básicos aos quais deve a sua própria existência como homem”. Com as mesmas ideias propagandísticas pode-se citar as seguintes frases do regime bolchevista: “Quanto mais fielmente reconhecemos e observamos as leis da história e da luta de classes, mais nos conformamos ao materialismo dialético. Quanto mais reconhecemos o materialismo dialético, maior será o nosso sucesso” (ARENDR, 1989, p. 395).

A imagem de governo ou organização totalitárias proposto por Arendt é o da “estrutura da cebola” (ARENDR, 2013b, p. 136): no centro, protegido por todas as camadas externas, está o líder, todas as ações dele partem do centro — não de cima ou de fora; as demais partes do movimento, que são múltiplas (organizações de frente, sociedades profissionais, efetivos do partido, burocracia partidária, formações de elite, grupos de policiamento) relacionam-se de modo a formar cada uma delas “[...] a fachada em uma direção e o centro na outra, isto é, desempenham o papel de mundo exterior normal para um nível e o papel de extremismo radical para outro” (ARENDR, 2013b, p. 137).

Segundo Arendt, a vantagem deste sistema que se configura como uma cebola é a de proporcionar a cada um dos seus níveis o imaginário de um mundo normal, mas, ao mesmo tempo, a possibilidade de que se tenha uma consciência de que se é diferente desse mundo, mais radical, de modo que as pessoas não se atentem ao abismo que separa o mundo totalitário daquele que os rodeia. De acordo com Arendt (2013b, p. 137), “A estrutura da cebola torna o sistema organizacionalmente à prova de choque contra a fatalidade do mundo real”.

Após o totalitarismo exercer o completo controle, a propaganda é substituída pela doutrinação e o terror será utilizado para dar realidade à doutrina ideológica e às mentiras utilitárias (ARENDR, 1989, p. 390). Arendt explica que a doutrinação se destina aos iniciados do movimento e a propaganda é a manobra tática para o domínio ante o cerceamento de contato com o mundo exterior. Assim, doutrinação e propaganda serão inversamente proporcionais ao tamanho do movimento: quanto menor este, mais propaganda para um maior isolamento, quanto maior o movimento, mais doutrinação para proteger da interferência externa.

Para Arendt, o intuito da doutrinação é destruir toda a atividade da compreensão e a sua gravidade está nessa distorção da compreensão, já que o resultado da compreensão “[...] é o significado, a que damos origem no próprio processo de viver, na medida em que tentamos nos conciliar com o que fazemos e sofremos” (ARENDR, 2008, p. 331). A utilização da doutrinação destina-se a treinar os “especialistas” que pretendem “compreender” os fatos da vida corrente, mas acrescentando uma “avaliação” não científica aos resultados constatados. De acordo com Arendt (1989, p. 417):

O choque da terrível e monstruosa dicotomia totalitária é neutralizado, e nunca totalmente percebido, graças a uma cuidadosa graduação de militância, na qual cada escalão reflete para o escalão imediatamente

superior a imagem do mundo não-totalitário, porque é menos militante e os seus membros são menos organizados. Esse tipo de organização evita que os seus membros jamais venham a encarar diretamente o mundo exterior, cuja hostilidade permanece para eles um simples pressuposto ideológico. Permanecem tão bem protegidos contra a realidade do mundo não-totalitário que subestimam constantemente os tremendos riscos da política totalitária.

Os possíveis “problemas de consciência”, os questionamento que uma consciência crítica, que reflete por si mesma, poderia apresentar no exercício do diálogo do eu-comigo-mesmo — no sentido de algum resquício de valores que poderiam estabelecer a diferença entre bem e mal, certo e errado — nesse sistema totalitário, eram resolvidos com as frases vazias, que invertiam efetivamente o que era feito, colocando-se sob foco o indivíduo que realizava os atos e não as pessoas que os sofriam, a exemplo: em vez de dizer “*Que coisas horríveis eu fiz com as pessoas!*” o discurso propagado era “*Que coisas horríveis que tive que ver na execução dos meus deveres, como essa tarefa pesa sobre os meus ombros!*” (ARENDDT, 1999, p. 122, grifo nosso).

Esse alívio de consciência era também parte do efeito propagandístico, em especial da infalibilidade do líder, pois havia um engendramento corrente de que o que o líder afirmava, independente do conteúdo, eram profecias infalíveis, já que acreditavam que o líder possuía uma notável capacidade de fazer interpretações corretas das forças históricas ou naturais, que a longo prazo prevaleceriam. A exemplo dessa predileção de anúncios políticos na forma de profecias, Arendt cita o seguinte excerto de Hitler: “Desejo hoje mais uma vez fazer uma profecia: caso os financistas judeus [...] consigam novamente arrastar os povos a uma guerra mundial o resultado será [...] a aniquilação da raça judaica na Europa” (ARENDDT, 1989, p. 398).

Arendt faz a “tradução” para uma linguagem não totalitária dessa afirmação do líder: “[...] pretendo travar uma guerra e pretendo matar os judeus da Europa”. Ora, o vaticínio era plenamente possível de ocorrer, pois a sua realização dependia daquele que o professava e não daqueles que eram acusados de realizá-lo. Mas, curiosamente, a massa não fazia e não queria fazer a interpretação do que era dito pelo líder. As rédeas da história estavam nas mãos daquele que estava apto a ditar a direção.

A conclusão de Arendt sobre esse tipo de propaganda que veicula que “aconteceu o que tinha que acontecer” faz com que as pessoas se isentem de qualquer tipo de responsabilidade no sentido que aquele que é o responsável pelo grupo já havia previsto o que aconteceria, apenas seguiram-se as leis históricas. Nas palavras da autora:

[...] o extermínio vira processo histórico no qual o homem apenas faz ou sofre aquilo que, de acordo com as leis imutáveis, sucederia de qualquer modo. Assim que as vítimas são executadas, a “profecia” transforma-se em alibi retrospectivo: o que sucedeu foi apenas o que havia sido predito (ARENDR, 1989, p. 399).

De acordo com a autora, “[...] os clichês, os lugares-comuns, a adesão a códigos convencionais e padronizados de expressão e conduta têm a função socialmente reconhecida de nos proteger contra a realidade” (ARENDR, 2004, p. 227) e, por consequência, não há solicitação do pensar quanto aos acontecimentos. Arendt esclarece a utilização dos clichês em uma política em que se confunde poder com violência e em que a linguagem/discurso já não está mais presente:

[...] armas e as lutas pertencem ao campo da violência, e a violência, à diferença do poder, é muda; a violência começa onde termina a fala. As palavras usadas para lutar perdem seu caráter de fala; tornam-se clichês. O grau em que os clichês se introduziram em nossa linguagem e discussões cotidianas mostra até que ponto não só nos privamos da faculdade discursiva como estamos dispostos a usar meios de violência mais eficientes do que maus livros (e só maus livros podem ser boas armas) que sustentem nossos argumentos (ARENDR, 2008, p. 331).

O totalitarismo, ao atingir o poder, optará por todo o tipo de ser humano que, por uma razão ou outra, se abstenha de fazer juízos independentes, sem o “corrimão” dos valores enaltecidos pela ideologia vigente no regime totalitário — e isso não está associado à incapacidade intelectual, tendo em vista que vários pensadores proeminentes do século XX colaboraram com o regime nazista:

A iniciativa intelectual, espiritual e artística é tão perigosa para o totalitarismo como a iniciativa de banditismo da ralé, e ambos são mais perigosos que a simples oposição política. A uniforme perseguição movida contra qualquer forma de atividade intelectual pelos novos líderes da massa deve-se a algo mais que o seu natural ressentimento contra tudo o que não podem compreender. O domínio total não permite a livre iniciativa em qualquer campo de ação, nem qualquer atividade que não seja inteiramente previsível. O totalitarismo no poder invariavelmente substitui todo talento, quaisquer que sejam as suas simpatias, pelos loucos e insensatos cuja falta de inteligência e criatividade é ainda a melhor garantia de lealdade (ARENDR, 1989, p. 389).

Mas em meio a todo esse movimento totalitário ainda havia uma parte da população que não fora contaminada por essa nova ordem. Não o fora porque ainda guardava em si a necessidade de se manter firme com sua consciência, conseguindo distinguir o certo do

errado, fazendo uso de seu juízo e não se submetendo a “pequenas formalidades” como se filiar ao Partido para que pudessem progredir em suas carreiras (ARENDDT, 1999, p. 120).

Essas pessoas ainda se perguntavam e se preocupavam em qual medida poderiam conviver em paz consigo mesmas depois da prática de certos atos e decidiam por não fazer qualquer coisa. Arendt explica que esse tipo de julgamento não é exclusivo de alguns; pelo contrário, a filósofa considera que se pode pensar sem ser um pensador profissional, seja da política ou da filosofia:

A precondição para esse tipo de julgamento não é uma inteligência altamente desenvolvida ou uma sofisticação em questões morais, mas antes a disposição para viver explicitamente consigo mesmo, se relacionar consigo mesmo, isto é, estar envolvido naquele diálogo silencioso entre mim e mim mesma que, desde Sócrates e Platão, chamamos geralmente de pensar. Esse tipo de pensar, embora esteja na raiz de todo o pensamento filosófico, não é técnico, nem diz respeito a problemas teóricos (ARENDDT, 2004, p. 107).

Para Arendt (2004, p. 126), a conduta moral não é natural, pois as pessoas podem se render a suas inclinações em vez de seguir a razão ou o coração, mas o conhecimento moral do certo e do errado é natural. Esse pensar da verdade moral somente é possível para Arendt (2004, p. 141) se as pessoas, das mais comuns às mais sofisticadas, estiverem abertas às evidências das proposições morais, já que elas são axiomáticas — evidentes por si mesmas — e a evidência é convincente, necessitando, eventualmente, somente de elucidação e esclarecimento. Mas a evidência das proposições morais demanda o pensar, indispensavelmente, e o ato de pensar exige uma disposição interna de dialogar, conhecer e falar a si mesmo:

Platão [...] aperfeiçoou esta comunicação socrática do eu comigo mesmo e definiu o pensamento como sendo o diálogo silencioso do próprio eu; existencialmente falando, este diálogo, como todos os diálogos, requer que os parceiros sejam amigos. A validade das proposições socráticas depende da espécie de homem que as profere e da espécie de homem a qual é dirigida. São verdades evidentes por si para homens enquanto seres pensantes; para os que não pesam, os que não se comunicam consigo mesmos, elas não são evidentes por si nem podem ser provadas (ARENDDT, 2013b, p. 60).

Para essas pessoas, condutas criminosas continuavam a ser condutas criminosas mesmo estando legalizadas pelo Estado, porque mais lhes interessava o que era evidente por si mesmo do que a questão da obrigação. Para essas pessoas, ao invés de pensar “Isso não

devo fazer”, a sua consciência dizia “Isso não posso fazer” (ARENDR, 2004, p. 142). Arendt (2004, p. 131), ao analisar a questão moral em Kant, diz:

A conduta moral, até onde se sabe, parece depender primeiramente do relacionamento do homem consigo mesmo. Ele não deve se contradizer abrindo uma exceção em seu favor, ele não deve se colocar numa posição em que teria de desprezar a si mesmo. Em termos morais, isso deveria bastar, não só para torná-lo capaz de distinguir o certo do errado, mas também para fazer o certo e evitar o errado. [...] Não é certamente uma questão de preocupação com o outro, mas de preocupação consigo mesmo, não é uma questão de humildade, mas de dignidade humana até de orgulho humano. O padrão não é nem o amor por algum próximo, nem o amor por si próprio, mas o *respeito por si mesmo* (grifo nosso).

A organização totalitária leva o ser humano da massa a não ter crises de consciência e, por isso, extirpa o pensar, pois, para Arendt (2004, p. 173), tais conflitos somente são resolvidos pelas deliberações entre mim e mim mesma, o pensamento. O ser humano da massa tem uma patente dificuldade de estabelecer o “diálogo silencioso entre mim e mim mesma” (ARENDR, 2004, p. 158) que possibilita a consideração, o exame, o questionamento sobre fatos, em atos de pensar e refletir sobre o que lhe é apresentado, e ensejará, posteriormente, a comunicação desses fatos aos outros. Esta patente dificuldade se relaciona com a solidão — *loneliness* — e com o isolamento em que se encontra, ou seja, se relaciona com a inexistência de diálogo consigo mesmo, de mundo comum e de bom senso.

O ser humano da massa é um indivíduo condicionado ao sistema totalitário, cujo objetivo era minar o domínio da política. Para que esse feito fosse alcançado, haveria a imprescindível necessidade de se cercear e extirpar o uso da linguagem. Para Arendt, é a linguagem/discurso que faz do ser humano um ser humano político — “Sempre que a relevância do discurso está em jogo, as questões tornam-se políticas por definição, pois é o discurso que faz do homem um ser político” (ARENDR, 2013a, p. 4).

A linguagem/discurso permite ao ser humano aparecer diante de outros seres humanos e esse aparecimento cria o espaço-entre-os-homens, que é, por sua vez, efetivamente o espaço da política; será por meio desse espaço que os seres humanos no plural poderão experimentar a significação: “[...] porque podem falar uns com os outros e se fazer entender aos outros e a si mesmos” (ARENDR, 2013a, p. 5), de modo que tudo que os seres humanos fazem, sabem ou experimentam só terá algum sentido se puderem falar sobre. Talvez por isso que, em um governo totalitário, tudo pareça, no fundo, sem sentido, apesar de toda uma lógica bem orquestrada.

A ausência do pensar também pode ser constatada na falta de qualquer arrependimento por parte daqueles que “cumprem ordens”. Isso porque, segundo Arendt, o arrependimento é o não esquecimento do que se fez, em patente conexão entre o pensar e a lembrança, “[...] ninguém consegue se lembrar do que não pensou de maneira exaustiva ao falar a respeito do assunto consigo mesmo” (ARENDR, 2004, p. 158). O pensar, portanto, é uma atividade, em muitas das vezes, custosa, que leva o ser humano a fixar as suas raízes, tomar o seu lugar no mundo enquanto pessoa humana.

A recusa do lembrar e, por consequência, da sua relação com o pensar, para Arendt (2004, p. 159), proporciona que a pessoa esteja pronta para fazer qualquer coisa “[...] do mesmo modo como a minha coragem seria absolutamente temerária se a dor, por exemplo, fosse uma experiência imediatamente esquecida”, nada a pode deter, não há limites. A consciência torna-se a voz respeitável da sociedade a sua volta (ARENDR, 1999, p. 143). Além do mais, o “cumpridor de ordens” “somente” cumpria os seus deveres — a nova lei era o desejo do líder, do *Führer* (ARENDR, 1999, p. 152).

O fato de cumprir estritamente ordens, de ser obediente, não é pretexto para se eximir do julgar. Arendt apresenta a falácia de que liberdade irrestrita de consciência e a manutenção da comunidade organizada seriam impossíveis, pois esta exigiria a obediência aos superiores e às leis do país. A obediência, portanto, seria uma virtude política, vigendo, na tradição política desde Platão, a pressuposição de que alguém comanda, pensa e deseja e, “[...] em seguida, impõe seu pensamento e seu desejo sobre um grupo destituído de pensamento e de vontade — seja por meio da persuasão, da autoridade ou da violência” (ARENDR, 1989, p. 375).

Arendt destaca que essa construção do conceito de governo é a demonstração da tentativa de fuga incessante dos seres humanos à fragilidade dos assuntos humanos, propondo que a possibilidade de os seres humanos conviverem juntos, de maneira legítima e política, dar-se-ia diante da existência daqueles que comandam e daqueles que obedecem (ARENDR, 2013a, p. 277) — obediência, aqui, seria o cumprimento de ordens sem qualquer adesão por iniciativa própria —, distinguindo-se entre o governar e o ser governado, este obedece, aquele comanda, constituindo-se, dessa maneira, uma comunidade política dividida entre aqueles que sabem o que fazer e aqueles que fazem (ARENDR, 2013a, p. 278). O engodo está em se igualar consentimento à obediência:

Um adulto consente onde uma criança obedece; se dizemos que um adulto obedece, ele de fato *apóia* a organização, a autoridade ou a lei que reivindica

“obediência”. [...]. O nosso uso da palavra obediência para todas essas situações estritamente políticas remonta à noção secular de ciência política que, desde Platão e Aristóteles, nos diz que todo o corpo político é constituído de governantes e governados, e que os primeiros comandam e os últimos obedecem às ordens (ARENDDT, 2004, p. 109, grifo da autora).

Aquele que obedece, apoia. É o obediente que realiza o que já fora iniciado pelo denominado líder, mas não faz só, nem mesmo possui condições de fazê-lo; faz como um empreendimento comum, por isso, a única possibilidade para aquele que não deseja dar o seu apoio sob a designação de obediência é a de se retirar da vida pública. Como exemplo para a resistência, Arendt menciona a desobediência civil (ARENDDT, 2004, p. 109-110; 2013b). Para a filósofa “[...] política não é um jardim-de-infância; em política, obediência e apoio são a mesma coisa” (ARENDDT, 1999, p. 302), porque, para a autora (ARENDDT, 2004, p. 110), não existe obediência em questões políticas e morais. Por isso, pode-se dizer que o ser humano da massa não era um ignorante, ele deliberadamente coaduna com a “lei” que lhe fora imposta, valia-se do critério subjetivo do tipo de pessoa que desejava ser e com quem desejava partilhar o mundo (ARENDDT, 2004, p. 176).

## Referências Bibliográficas

ARENDT, Hannah. *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Trad. Cesar A. R. de Almeida; Antonio Abranches; Helena F. Martins. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014a.

\_\_\_\_\_. *Sobre a violência*. Trad. André de M. Duarte. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo, rev. téc. Adriano Correia. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013a.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa. 7. ed. 1. reimp. São Paulo: Perspectiva, 2013b.

\_\_\_\_\_. *Compreender: formação, exílio e totalitarismo (ensaios)*. Trad. Denise Bottman, org. int. notas Jerome Kohn. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg, org. Jerome Kohn, rev. téc. Bethânia Assy; André de M. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José R. Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.